



**AUTOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE: ADESÃO DE ARP n° 002/2025,**  
**CONTRATO N° 067.2/2025**

**ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO 01º TERMO ADITIVO DE PRAZO.**

### DESPACHO

Em atendimento a necessidade da secretaria municipal de Saúde, por meio deste, solicito autorização para celebração do 01º Termo Aditivo visando prorrogar o prazo por mais 12 (doze) meses, ficando com a nova vigência até 03 de JUNHO de 2027, conforme preconiza o Art 106 e 107 de Lei 14.133/21, em concordância com o **contrato n° 067.2/2025**, celebrado entre o Município de Campestre do Maranhão-MA e a empresa **R MACEDO SOARES**, inscrito no CNPJ N° 10.680.662/0001-03, com sede na Praça Eurico Ribeiro N° 100 - Centro - Tuntum - MA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. Francisco Macedo Soares, portador do CPF: \*\*\*.736.883-\*\*.

Inicialmente observa-se que tal contratação se deu por meio de regular procedimento licitatório e que a empresa contratada vem cumprindo com as obrigações de execução contratual assumidas, ressalvados os casos devidamente justificados no ofício supramencionado.

### **JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL**

A presente prorrogação do Contrato n° 067.2/2025 que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza e sucção de fossas sépticas nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, justifica-se pela necessidade de manutenção contínua das condições adequadas de higiene, salubridade e funcionamento das instalações públicas de saúde.

Os serviços contratados são indispensáveis para garantir o correto funcionamento dos sistemas sanitários das unidades de saúde, evitando transtornos aos usuários, servidores e à população atendida, bem como prevenindo riscos de contaminação ambiental e proliferação de doenças.

Considerando que a demanda pelos serviços permanece existente e que a interrupção da execução poderá comprometer a continuidade dos atendimentos prestados pela rede municipal de saúde, torna-se necessária a prorrogação do prazo contratual até que seja concluído novo procedimento licitatório ou enquanto persistir a necessidade administrativa devidamente comprovada.

Ademais, a prorrogação atende ao interesse público, observando os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, uma vez que a manutenção do contrato vigente assegura a prestação regular dos serviços essenciais à Secretaria Municipal de Saúde.

Diante do exposto, manifesta-se favoravelmente pela prorrogação do prazo do Contrato n° 067.2/2025, por mais 12 meses, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais pertinentes.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.**

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer à conta das seguintes dotações orçamentárias:



SECRETARIA DE  
SAÚDE

PREFEITURA DE  
**CAMPESTRE**  
DO MARANHÃO  
*Cuidando da nossa gente!*

ORGÃO 04 = FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 17: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0008 2056 0000 - Manutenção da rede de atenção básica de saúde

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 302 0021 2064 0000 - Manutenção do Aten. Medico Hospitalar Ambulatorial -UNIÃO

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 304 0009 2065 0000 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 305 0009 2066 0000 - Manutenção das Ações de vigilância epidemiológica e

combate a endemias

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0021 2100 0000 - Manutenção EMA-ESM -equipe multiprofissional da

atenção Esp. Em Saúde Mental

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

Ante ao exposto encaminho os autos à Assessoria Jurídica para análise e manifestação sobre a viabilidade legal do prazo a ser aditivado do contrato inicial, mediante celebração do Terceiro Termo Aditivo.

Que voltem a mim os autos.

Campestre do Maranhão/MA, 01 de Junho de 2026.

PAULO MIRANDA DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria 023/2026

PAULO MIRANDA DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 23/06/2026

CAMPESTRE DO MARANHÃO



TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO Nº 067.2/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067.2/2025 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E A EMPRESA R MACEDO SOARES.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAMPESTRE DO MARANHÃO ESTADO DO MARANHÃO, com a sede na Av. Juscelino Kubitschek, nº 524 A - Centro CEP: 65968-000, Campestre do Maranhão, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.402.239/0001-04, por sua Secretária Sr.ª Maiany Lopes Jadão, CPF nº 027.181.733-00 e RG nº 0322635620061, SSP/MA, que doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **R MACEDO SOARES**, inscrito no CNPJ Nº 10.680.662/0001-03, com sede na Praça Eurico Ribeiro Nº 100 - Centro – Tuntum – MA, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo Sr. Francisco Macedo Soares, portador do CPF: 471.736.883-53, tendo em vista o que consta na **Adesão nº 002/2025** referente a **Ata de Registro de Preços nº 14/2025**, derivada do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Adesão nº 002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92. I e II)**

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa prestadora dos serviços de limpeza de fossas sépticas, desinfecção e desentupimento de ralos, pias, bocas de lobo, caixas de gordura e vasos sanitários visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Campestre do Maranhão/MA.**

PLANILHA EQUIVALENTE A 50% Ata de Registro de Preços nº 14/2025					
ITEM	Descrição	Und	Quant	VL UNT	Valor Total
01	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTO DE RALOS, PIAS, BOCAS DE LOBO, CAIXAS DE GORDURA E VASOS SANITÁRIOS VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA	M³	3102	R\$ 101,43	R\$ 314.635,86

- 1.1. Objeto da contratação;
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;

Av. Juscelino Kubitschek, nº 524 A - Centro CEP: 65968-000, Campestre do Maranhão  
CNPJ/MF nº 11.402.239/0001-04  
www.campestredomaranhao.ma.gov.br



- 1.2.3. A Proposta do contratado;  
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação até 03 de junho de 2026, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92. IV, VII e XVIII)

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92. V)

- 5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 314.635,86 (Trezentos e quatorze mil e seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)

- 6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92. V)

- 6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





- 6.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1 A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30(trinta) dias.
- 8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116):
- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:  
11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;





- 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3 **Multa:**
- 11.3.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 11.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.3.3 O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.3.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.3.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.4.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.4.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





- 11.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

- 12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 12.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
  - 12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 12.8.3 Indenizações e multas.
- 12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).





12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

#### **ORGÃO 04 = FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

UNIDADE 17: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0008 2056 0000 – Manutenção da rede de atenção básica de saúde

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 302 0021 2064 0000 – Manutenção do Aten. Medico Hospitalar Ambulatorial - UNIÃO

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 304 0009 2065 0000 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 305 0009 2066 0000 – Manutenção das Ações de vigilância epidemiológica e combate a endemias

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0021 2100 0000 – Manutenção EMAESM -equipe multiprofissional da atenção Esp. Em Saúde Mental

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – pessoa jurídica

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUITA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.





SECRETARIA DE  
SAÚDE

PREFEITURA DE  
**CAMPESTRE**  
DO MARANHÃO  
*Cuidando do nosso gente!*

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92. §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campestre do Maranhão – MA, 03 de junho de 2025

**MAIANY LOPES JADÃO**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Portaria nº 14/2025  
**CONTRATANTE**

R MACEDO SOARES: 10680662000103  
Assinado digitalmente  
por R MACEDO  
SOARES: 106806620001  
03  
Data: 2025.06.03  
16:28:28-03'00'

**R MACEDO SOARES**  
CNPJ Nº 10.680.662/0001-03  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

#### Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_



## MINUTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO: Nº 067.2/2025, NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA E A EMPRESA: R MACEDO SOARES, NA FORMA ABAIXO.

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no, CNPJ/MF nº 11402239/0001-04, localizada na Av. Juscelino Kubitschek, nº 524 A - Centro, através da Secretária Municipal de Saúde, por seu secretário Sr. Paulo Miranda da Silva, inscrito no CPF nº 620.\*\*\*.\*\*\*-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **R MACEDO SOARES**, inscrito no CNPJ nº 10.680.662/0001-03, com sede na Praça Eurico Ribeiro Nº 100 - Centro - Tuntum - MA, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo Sr. Francisco Macedo Soares, portador do CPF: \*\*\*.736.883-\*\*, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo **ADESÃO DE ARP nº 002/2025**, Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão-MA e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais 12(Doze) meses, ficando a nova vigência com início em 04 de Junho de 2026 e término em 03 de junho de 2027, conforme dispõe o os Art. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/21, sendo desta forma celebrando o 1º Termo Aditivo ao presente contrato firmado entre as partes.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica mantido o valor de **R\$ 314.635,86 (Trezentos e quatorze mil e seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**, considerando o preço total e as quantidades totais.

### CLÁUSULA TERCEIRO – DA RATIFICAÇÃO.

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO original não conflitantes com o presente instrumento.

### CLÁUSULA QUARTO – DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na imprensa oficial nos termos do Art. 94 da lei 14.133/21, correndo as despesas às expensas do CONTRATANTE.

### CLAUSULA QUINTO – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORÇAO 04 = FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 17: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0008 2056 0000 - Manutenção da rede de atenção básica de saúde

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 302 0021 2064 0000 - Manutenção do Aten. Medico Hospitalar Ambulatorial -

UNIÃO

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 304 0009 2065 0000 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica



SECRETARIA DE  
SAÚDE

PREFEITURA DE  
**CAMPESTRE**  
DO MARANHÃO  
*Cuidando da nossa gente!*

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 305 0009 2066 0000 - Manutenção das Ações de vigilância epidemiológica e

combate a endemias

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0021 2100 0000 - Manutenção EMAESM -equipe multiprofissional da atenção Esp. Em Saúde Mental

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.

Campestre do Maranhão – MA, 08 de junho de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULO MIRANDA DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 023/2026

CONTRATANTE

R MACEDO SOARES

CNPJ N° 10.680.662/0001-03

Representante Legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_



## PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Viabilidade legal da celebração do **1º Termo Aditivo de Prazo** ao Contrato Administrativo nº 067.2/2025 (Adesão à ARP nº 002/2025) – Prorrogação por 12 meses.

**Ementa:** Prorrogação de contrato de serviços contínuos de limpeza de fossas sépticas e afins (essenciais à saúde pública) é **legalmente viável** nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos de motivação, vantajosidade e formalização.

### I. DOS FATOS

- **Contrato original** (nº 067.2/2025): Decorrente de adesão a **Ata de Registro de Preços** (ARP nº 14/2025, Pregão Eletrônico nº 05/2025). Objeto: prestação de serviços de limpeza e sucção de fossas sépticas, desinfecção e desentupimento de ralos, pias, etc., para unidades da Secretaria Municipal de Saúde.
- **Valor total:** R\$ 314.635,86 (quantitativos estimados).
- **Vigência original:** até 03 de junho de 2026.
- **Prorrogação solicitada:** +12 (doze) meses, com nova vigência de **04/06/2026 a 03/06/2027**.
- **Valor mantido:** sem alteração (preços da ARP).
- **Justificativa:** Continuidade de serviços essenciais de higiene e salubridade nas unidades de saúde, evitando riscos à população, servidores e meio ambiente (princípios da continuidade do serviço público, eficiência e economicidade).
- **Dotação orçamentária:** Indicada em múltiplas rubricas do Fundo Municipal de Saúde (devidamente discriminadas).
- **Documentos analisados:** Despacho do Secretário, minutas do aditivo e contrato original.

### II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

#### 1. Admissibilidade da Prorrogação (Arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021)

- **Art. 106:** Permite contratos com prazo de até **5 (cinco) anos** para serviços e fornecimentos contínuos.



- **Art. 107:** Os contratos de **serviços e fornecimentos contínuos** poderão ser prorrogados **sucessivamente**, respeitado o limite de 5 anos, desde que:

- As condições e preços permaneçam **vantajosos** para a Administração (atestado pela autoridade competente);
- Haja **motivação** expressa;
- Seja celebrado por **termo aditivo** (formalização obrigatória – Art. 132).

Os serviços de limpeza de fossas sépticas e afins configuram **serviços contínuos** (Art. 6º, XV), necessários à manutenção permanente da atividade administrativa na saúde pública. A prorrogação por 12 meses é plenamente compatível (total inferior a 5 anos).

## 2. Requisitos Atendidos

- **Motivação idônea:** Despacho demonstra necessidade de continuidade para evitar transtornos à saúde pública, riscos sanitários e interrupção de atendimentos (interesse público – Art. 5º).
- **Manutenção de preços:** Valor inalterado, vinculado à ARP (vantajosidade presumida, cabendo ateste).
- **Ausência de vedações:** Não há indícios de penalidade ao contratado (Art. 107 c/c Art. 106, §5º).
- **Dotação orçamentária:** Regularmente indicada e compatível com a LDO/LOA.
- **Publicidade:** Prevista publicação de extrato (Art. 94).
- **Formalização:** Minuta do Termo Aditivo segue padrão adequado (objeto, valor, ratificação, dotação).

## 3. Outros Aspectos Relevantes

- **Regime de execução:** Serviços contínuos sem dedicação exclusiva exclusiva de mão de obra (não exige repactuação imediata, mas reajuste anual possível – Art. 107 e §8º do Art. 25).
- **Fiscalização:** Manter designação de fiscal/gestor (Arts. 67 e 137).
- **Equilíbrio econômico-financeiro:** Preservado (preços da ARP).
- **Transparência:** Registro no PNCP e publicação obrigatória.

**Não vislumbro** impedimentos quanto a sobrepreço, superfaturamento ou desvio de finalidade.



### III. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

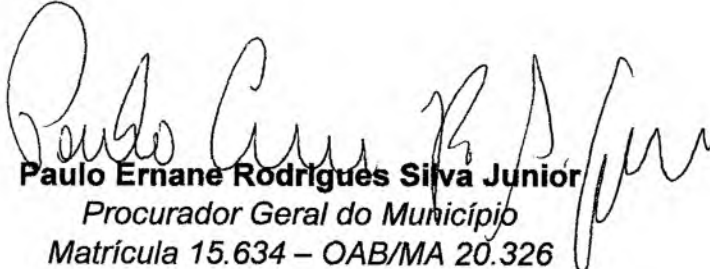
Opino pela **VIABILIDADE LEGAL** da celebração do 1º Termo Aditivo de Prazo, nos exatos termos da minuta apresentada, por plena conformidade com os arts. 106, 107, 92 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios da legalidade, continuidade do serviço público e economicidade.

#### Recomendações para máxima segurança jurídica:

1. **Ateste de vantajosidade** pela autoridade competente (Secretário ou Prefeito) antes da assinatura.
2. **Anexar ao processo:** comprovante de execução satisfatória até a data, ateste de preços e justificativa atualizada.
3. **Publicação** imediata do extrato do aditivo (Art. 94).
4. **Registro** no Sistema de Controle Interno e PNCP.
5. Manter rigor na fiscalização e medição mensal dos serviços.
6. Caso haja interesse, providenciar aditivo de repactuação/reajuste quando cabível (após anualidade).

Os autos devem retornar à autoridade solicitante com esta manifestação favorável.

Campestre do Maranhão/MA, 02 de junho de 2026.

  
**Paulo Ernane Rodrigues Silva Junior**  
Procurador Geral do Município  
Matrícula 15.634 – OAB/MA 20.326



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO: Nº 067.2/2025, NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA E A EMPRESA: R MACEDO SOARES, NA FORMA ABAIXO.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no, CNPJ/MF nº 11402239/0001-04, localizada na Av. Juscelino Kubitschek, nº 524 A - Centro, através da Secretária Municipal de Saúde, por seu secretário Sr. Paulo Miranda da Silva, inscrito no CPF nº 620.\*\*\*.\*\*\*-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **R MACEDO SOARES**, inscrito no CNPJ Nº 10.680.662/0001-03, com sede na Praça Eurico Ribeiro Nº 100 - Centro - Tuntum - MA, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo Sr. Francisco Macedo Soares, portador do CPF: \*\*\*.736.883-\*\*, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo **ADESÃO DE ARP nº 002/2025**, Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão-MA e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais 12(Doze) meses, ficando a nova vigência com início em 04 de Junho de 2026 e término em 03 de junho de 2027, conforme dispõe o os Art. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/21, sendo desta forma celebrando o 1º Termo Aditivo ao presente contrato firmado entre as partes.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Fica mantido o valor de **R\$ 314.635,86 (Trezentos e quatorze mil e seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**, considerando o preço total e as quantidades totais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRO — DA RATIFICAÇÃO.**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **CONTRATO** original não conflitantes com o presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTO – DA PUBLICAÇÃO.**

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na imprensa oficial nos termos do Art. 94 da lei 14.133/21, correndo as despesas às expensas do **CONTRATANTE**.

#### **CLAUSULA QUINTO – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.**

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer a conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 04 = FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 17: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0008 2056 0000 - Manutenção da rede de atenção básica de saúde

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 302 0021 2064 0000 - Manutenção do Aten. Medico Hospitalar Ambulatorial -

UNIÃO

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 304 0009 2065 0000 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica



SECRETARIA DE SAUDE

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO  
Cuidando dos nossos gente!

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 305 0009 2066 0000 - Manutenção das Ações de vigilância epidemiológica e combate a endemias

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10 301 0021 2100 0000 - Manutenção EMAESM -equipe multiprofissional da atenção Esp. Em Saúde Mental

NATUREZA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços terceiro - pessoa jurídica

E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.

Campestre do Maranhão – MA, 03 de junho de 2026.

PAULO MIRANDA DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria 023/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

PAULO MIRANDA DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 023/2026

CONTRATANTE

R MACEDO SOARES.10680662000103  
Assinado digitalmente por R MACEDO SOARES:10680662000103  
Data: 2026.06.03 14:31:08 -03'00'

R MACEDO SOARES  
CNPJ Nº 10.680.662/0001-03  
Representante Legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_ CPF/MF: 058.594.482.09

NOME: Gabriel Silva de C. Araujo CPF/MF: 607.741.333-09